

AS EMPRESAS COOPERATIVISTAS NO RUMO DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

Diane BELUSSO¹

Resumo: O presente trabalho compreende a empresa cooperativista como contradição entre a teoria e a prática do cooperativismo. Considera que a inserção das cooperativas numa rede agroindustrial repercute no controle da produção agropecuária, na evolução do modelo de associação dos produtores rurais e nas relações sociais de produção.

Palavras-Chave: cooperativismo, prática, teoria.

Abstract: In this paper the coop companies will be considered as a contradiction between the theory and practice of. Therefore it will consider that the engagement of cooperatives in an agro-industrial conglomerate is an element capable of making interferences in the agricultural production and in the model of farmers' associations as well as in social relationships of production.

Key-Words: cooperatives, cooperativismo in theory and practice.

1 – INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da discussão realizada na dissertação de mestrado: “A Cooperativa C.Vale e as perspectivas dos produtores integrados à agroindústria em Palotina – PR”, defendida em março de 2007, sob orientação do professor Dr. Elpídio Serra, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE/UEM).

A dissertação de mestrado objetivou, de modo geral, compreender os efeitos sócio-espaciais da reestruturação de uma cooperativa agrícola

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT / UNESP). E-mail: dianebelusso@yahoo.com.br

a partir de sua inserção ao complexo agroindustrial avícola, de modo específico, o conjunto de causas e conseqüências da transformação dos associados da cooperativa em produtores integrados à agroindústria. A partir deste objetivo não se pretendeu esgotar a temática ampla que envolve os objetos cooperativa e agroindústria, pois, enquanto dissertação, se optou por um estudo de caso da C.Vale Cooperativa Agroindustrial² que está vinculada ao segmento avícola e desempenha a contratualização dos seus associados. A metodologia consistiu basicamente em: localização e caracterização temporal e espacial da área e do objeto de estudo; fundamentação e reflexão teórica em torno de palavras-chave; coleta de informações na C.Vale e realização de entrevistas, em janeiro de 2006, com 23 proprietários de aviário(s) que corresponderam a 13% do total instalado em Palotina.

Neste artigo, para uma visão de contexto geográfico, qual a relevância do estudo das cooperativas agroindustriais?

As cooperativas são modelos de organização de trabalhadores e se consolidaram como tradicionais organismos associativistas de inserção, na economia formal, dos produtores agropecuários.

A compreensão do surgimento e da evolução das cooperativas agrícolas demonstra períodos de diferentes características no processo de transformações da agricultura e da agroindústria. No caso do Paraná, as fases de fundação (no início apenas armazenavam e comercializavam), estruturação e reestruturação destas cooperativas evidenciam a passagem do complexo rural, ao complexo agroindustrial e à rede agroindustrial.

Além da noção de complexo, o conceito de rede, como instrumento analítico e metodológico, também é aplicado ao conhecimento da atividade agroindustrial:

A rede agroindustrial, enquanto forma de organização, configura-se a partir da articulação de distintos agentes sociais: agricultores, indústrias produtoras de insumos e máquinas, indústrias processadoras / beneficiadoras de matéria-prima, indústrias de bens

² Sede em Palotina, Oeste Paranaense. A área de ação da C.Vale abrange municípios do Paraná, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e do país vizinho, Paraguai.

de consumo, instituições financeiras, empresas de transporte, empresas comerciais e exportadoras, organismos governamentais, centros de pesquisa e agências de publicidade. Estes agentes localizam-se em diferentes lugares e, interconectados, atuam no âmbito do complexo agroindustrial, em distintas escalas geográficas. Isso se dá a partir de interesses, práticas e estratégias particulares, bem como através de relações técnicas, econômicas e de poder. Também incidem na configuração da rede agroindustrial o comportamento do mercado e as políticas macroeconômicas engendradas pelo Estado (SILVEIRA, 2005, p.232-233).

A rede é uma organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento da técnica e do mercado, uma vez que é ela a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado (MOREIRA, 1997).

Neste sentido, outra justificativa é de que as cooperativas são estruturas de grande expressão espacial que funcionam como agentes de gestão de territórios³ (SILVA, 2002). São estruturas que criam atividades e suas correspondentes paisagens, articulam o local, o regional, o nacional e o global.

Os meios efetivos da gestão do território são as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que tem impacto diretamente sobre o espaço (CORRÊA, 2000). Conforme Carlos (2001), é nesta acepção que o espaço aparece como condição, meio e produto da reprodução social revelando uma prática que é socioespacial.

No mundo moderno, a prática socioespacial mostra um espaço em função das necessidades econômicas e políticas; um espaço produto / condição da acumulação capitalista; um espaço voltado aos interesses particulares do grande capital (CARLOS, 2001).

Segundo Andrade (1998), o espaço geográfico se interpenetra em um mesmo território com o espaço econômico (espaço elaborado pelas empresas ao estabelecerem a sua área de influência para o desenvolvimento de suas atividades e projetos).

³ “[...] os agentes de ‘gestão dos territórios’ são elementos fundamentais para o entendimento do espaço geográfico, onde diferentes formas de conflitos e acordos, tensões e cooptações, alianças e parcerias definirão as dinâmicas do mundo atual” (SILVA, 2002, p.43).

Neste caso, o estudo das cooperativas agroindustriais, como tema e objeto de pesquisa em Geografia Agrária, requer uma prévia compreensão da viabilidade dessas associações inseridas num conjunto de tendências e de contradição entre a teoria e a prática do cooperativismo.

O cooperativismo, como pensamento reproduzido, pode originar práticas diferenciadas. A existência de uma grande variedade de cooperativas está relacionada com a satisfação das ilimitadas necessidades da sociedade e com a complexidade do meio econômico (PINHO, 1977)⁴.

2 - EMPRESA COOPERATIVISTA: CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO.

Conforme Rios (1987) o cooperativismo é a base de um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa; gestão cooperativa; repartição cooperativa. Respectivamente, significam que: uma cooperativa é uma associação de pessoas e não de capitais; a assembléia dos associados tem o poder último de decisão; as sobras financeiras ao final de um ano de trabalho são divididas entre os associados (RIOS, 1987).

À primeira vista, a palavra “cooperativismo” reflete a impressão de justiça social e de anticapitalismo. Entretanto, a cooperativa agropecuária (que se transformou em cooperativa agroindustrial), “[...] constitui um degrau para o capitalismo e não para o socialismo” (KAUTSKY, 1980, p.285).

A cooperativa só terá sucesso social, cumprindo com a sua responsabilidade junto ao seu quadro associado, se esta for um empreendimento econômico de sucesso de forma a permitir o crescimento [...] de seus associados (BLALOSKORSKI NETO, 2000, p.242).

Ora, a cooperativa reúne e desencadeia a ação ao interesse econômico, logo, “[...] tratar de cooperação é trabalhar a dimensão do

⁴ A OCB, adaptada às exigências do mundo do trabalho, a partir de 1993, classifica as cooperativas em doze ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, especial, mineração, produção, serviço ou infra-estrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2006).

social propriamente dito, com base nas relações concretas que se passam no plano econômico” (ARAÚJO, 1982, p.84).

No contexto da economia competitiva, a cooperativa é parte de uma estrutura global, ou seja, a sua decisão e o seu comportamento econômico dependem das condições dominantes no meio em que ela existe. “[...] as cooperativas são constantemente pressionadas pela racionalidade capitalista, que decorre essencialmente de comportamentos econômicos qualificados de eficazes, eficientes, rentáveis, produtivos [...]” (PINHO, 1977, p.54).

Santos (2002) diferencia as atitudes de concorrer e de competir. A concorrência pode ser saudável para empreender uma tarefa e obter melhores resultados, pois exige o respeito para certas regras de convivência preestabelecidas ou não; ao contrário, a competitividade é uma disputa (uma guerra) pela melhor posição, e sua prática pode provocar um convite ao exercício da violência (SANTOS, 2002).

Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir [...] A necessidade de competir é, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico (SANTOS, 2002, p.57).

Então, se a agricultura faz parte da dinâmica deste cenário econômico, suas atividades recebem caráter planetário, que por sua vez, subordina “as cooperativas” às mesmas regras.

De modo geral, o que se observa é que as pequenas cooperativas sofrem pressões do meio sócio-econômico e podem influir relativamente pouco sobre as estruturas econômicas e a conjuntura dos mercados, enquanto os grandes complexos cooperativos ou hipercooperativas têm condições de atuar sobre a estrutura do sistema econômico (PINHO, 1977, p.146).

Porém, atuar sobre a estrutura do sistema econômico seria uma meta pretensiosa, na prática, as cooperativas obedecem a esta estrutura competitiva do cenário econômico. Afinal, o que justifica a necessidade de crescimento (em termos de expansão do parque industrial) das cooperativas?

[...] embora despreparadas para o jogo livre da concorrência de mercado, tiveram que dele participar tendo para si um resultado desastroso em termos econômicos e financeiros. Como consequência, muitas entidades tornaram-se insolventes e, ou entraram em processo de liquidação ou acabaram sendo incorporadas por cooperativas mais fortes (SERRA, 1986, p.89).

Ainda, conforme o mesmo autor, as cooperativas optaram diante de dois caminhos: crescer ou desaparecer.

Daí, o motivo do agigantamento das cooperativas: para não se marginalizarem, acompanham o progresso tecnológico e transformam as suas bases produtivas – além de armazenadoras e comerciantes de produtos *in natura*, investem em plantas industriais para transformar o produto agrícola em mercadoria pronta para o consumo, o que significa competir com as famosas marcas do mercado no setor de alimentos (laticínios, carnes, sucos, farinhas, óleos vegetais), entre outros.

Azevedo (2000), ao tratar da concorrência no agronegócio, expõe estratégias de crescimento criadas para que as empresas explorem No mercado as diferentes potencialidades, como a estratégia de “segmentação de mercado” que significa alcançar a satisfação de variadas necessidades e conseqüentemente de maior público de consumidores. Conforme o autor, um exemplo bem-sucedido de segmentação na ampliação do mercado é a atuação das empresas de abate de frango no mercado internacional, tais como: frangos abatidos de acordo com os preceitos do Alcorão para os mercados muçulmanos; cortes manuais para o mercado japonês etc.

Tal prática, ou a busca de um melhor desempenho empresarial resultou das seguintes tendências: industrialização para adicionar valor aos produtos, diversificação da produção⁵ como alternativa e garantia de renda para os associados, ampliação e modernização administrativa e operacional.

Para atender as diversas exigências de paladar dos consumidores, a C.Vale disponibilizava mais de setenta opções quanto ao tipo de corte e embalagem (temperados, recheados etc.) (COOPERVALE,

⁵ Distinguem-se quatro tipos de diversificação: concêntrica, horizontal, vertical e conglomerada (BRITTO, 2002).

1997) e a partir de 2005 emprega alta tecnologia na produção de cozidos, fritos e assados de frango, característica que representa uma estratégia de crescimento, via “segmentação de mercado”, desta agroindústria.

Diante de possíveis direções do processo de diversificação, a C.Vale ampliou a sua base tecnológica de modo a controlar os diferentes estágios associados à transformação de insumos em produtos finais (neste caso, transformação de milho e soja em ração para produzir carne de frango pronta para o consumo), processo que em Economia Industrial é denominado: diversificação (integração) vertical (BRITTO, 2002).

A C.Vale, enquanto nome ou marca, é recente, tão recente quanto seu investimento na agroindustrialização⁶. Em 1963 ela surgiu como Campal (Cooperativa Agrícola Mista de Palotina). Em 1974, quando ampliou sua área de ação para os municípios vizinhos, passou a ser chamada de Coopervale (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Rio Piquiri Ltda). No dia 21 de novembro de 2003, em assembléia extraordinária, a Coopervale mudou o nome para C.Vale Cooperativa Agroindustrial.

A mudança da razão social desta cooperativa merece maior atenção no sentido de que não está restrita ao nome, mas à conduta da empresa. A cooperativa era apenas de Palotina, depois era também dos municípios do Vale do Rio Piquiri e por último, a C.Vale estará onde houver demanda. Quanto mais modernizada a atividade, mais amplas são as suas relações e o seu alcance (SANTOS, 1997).

No caso em que o agricultor sinta a urgência de aumentar a produtividade e se beneficiar das vantagens da mecanização, sem aumentar o investimento, a cooperativa agrícola surge como solução ideal (PINHO, 1977). Entretanto, conforme a mesma autora, a cooperativa também impõe uma seleção aos produtores, pois, aqueles produtores - associados que não se esforçarem para atualizar suas técnicas estarão condenados à mediocridade.

Quanto ao cooperativismo, não é difícil entender seu comportamento estritamente empresarial, visto que, no caso da avicultura industrial,

⁶ A partir de 1997, inauguração de Complexo Industrial Avícola formado por matrizeiro, incubatório, abatedouro, aviários de campo, fábricas de ração, no município de Palotina – e amidonarias localizadas em Assis Chateaubriand e Terra Roxa – municípios do Oeste Paranaense.

trata-se de um setor altamente empresarial e também altamente seletivo no tocante ao quadro de associados. Praticamente não existem nem poderiam existir diferenças substanciais entre as cooperativas vinculadas à avicultura industrial e as empresas integradoras, pelo menos em relação à mediação de interesses, comportamentos próprios pelas contrapressões de segmentos de produtores (SORJ et al., 1982, p.100).

Segundo Fleury (1983) as cooperativas assumem padrões de conduta empresarial para assegurar alguma competitividade, porém, ainda preservam um caráter específico que as distinguem das empresas não cooperativistas, pois são instituições de natureza “híbrida” e contraditória que sobrevive e se reproduzem no seio do capitalismo.

Realmente, as cooperativas se diferenciam e são importantes, porém, a questão reside em responder se as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis aos pequenos produtores (KAUTSKY, 1980). Qual a repercussão do crescimento das cooperativas ao desenvolvimento e à manutenção dos seus associados?

Ao se transformarem em empresas, as cooperativas de agricultores se distanciaram da Filosofia do que se convencionou chamar de “sistema cooperativista universal” [...], passaram elas próprias a abrir concorrência entre si e a estimular o individualismo entre os produtores rurais, baseado em conquista de lucros imediatos, de curto prazo (SERRA, 1986, p.238).

As empresas cooperativistas estão longe de superar a divisão de classes sociais, pois, o grupo de associados à cooperativa não se apresenta como uma massa homogênea (ARAÚJO, 1982).

[...] a articulação das várias categorias de produtores no interior da cooperativa se processa muito mais no sentido de favorecer os grupos dominantes, os produtores capitalistas. Este processo não implica, no entanto, na destruição das outras categorias de produtores, que, pelo contrário, se configuram como peça essencial à reprodução não só da cooperativa, como dos próprios produtores capitalistas (FLEURY, 1983, p.144).

Na maioria, a ação das empresas cooperativistas não vai além das tradicionais “lutas econômicas”, “[...] por melhores preços, apoio

governamental, criação de infra-estrutura de produção e comercialização etc” (SORJ et al., 1982, p.100).

A reestruturação industrial / empresarial e os novos padrões de consumo têm orientado a dinâmica agroindustrial, por isso, cientes da importância que tal atividade assume para a acumulação de capital, as cooperativas se esforçam “[...] para romper amarras formais e institucionais que limitam sua atuação empresarial, já se aventando a hipótese de formação em sociedade anônima [...]” (URBAN, 1990, p.03).

Segundo Bialoskorski Neto (2000), a eficiência da cooperativa depende de um moderno gerenciamento: profissionalização do quadro gestor, ampliação da responsabilidade do conselho fiscal, execução de contagem de votos nas assembleias e inovações com a participação de capital externo.

Em 2005, após 34 anos da instituição da lei que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e que criou o regime jurídico dessas associações, tramitava no Senado Federal projeto para uma nova Lei Cooperativista. O autor do projeto, parlamentar Osmar Dias (PDT – PR), destacou a possibilidade de a cooperativa abrir seu capital mediante a emissão, autorizada por Assembleia Geral, de Certificados de Aporte de Capital.

Assim, qual será a reação das cooperativas à reforma da lei? É provável que a lei (ultrapassada) é que seja a adaptação ou a legitimação de uma realidade.

O conhecimento de que as empresas cooperativistas podem coordenar contratos e suas respectivas produções agropecuárias de maneira a reduzir riscos e adicionar valor, abre inúmeras possibilidades de eficiência do ponto de vista econômico e das estratégias empresariais. Assim, os conservadores princípios cooperativistas, embora aparentemente antagônicos aos constantes desafios econômicos e estruturais do mercado, são incorporados “harmonicamente” como um diferencial ou um aspecto que assegura a existência da cooperativa porque preserva a imagem da empresa como organização honesta e vantajosa. Desta forma, a manutenção da cooperativa desempenha uma função econômica e política.

Muitas vezes, a difusão de uma massiva ideologia para a competitividade e a pouca compreensão sobre a teoria (o cooperativismo) e a prática (a cooperativa), somadas à falta de educação para uma gestão cooperativista, induzem ao comportamento passivo dos associados ou ao comportamento de ganho individual em

detrimento do ganho coletivo, o que pode desestimular o fortalecimento de um modelo de associação que poderia ser encarado como meio de amenizar e até de solucionar as dificuldades dos produtores mais necessitados.

Há quem acredite que as cooperativas poderiam contribuir para uma modernização menos dolorosa e menos conservadora se estivessem voltadas ao ideal cooperativista universal. Porém, ao se comprometerem com o modelo de “modernização da agricultura” brasileira, voltada aos sistemas econômicos dominantes, praticam contradições entre a teoria e a prática do cooperativismo. Tais contradições se expressam, no caso da C.Vale, principalmente na contratualização dos associados da cooperativa (a transformação dos associados em produtores integrados).⁷

Indagar sobre as contradições da empresa cooperativista evidencia uma sociedade construída sobre uma profunda ruptura entre discurso e prática que, por isso, não consegue mais entender o seu próprio cotidiano.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rumo das empresas cooperativistas segue o impulso da economia capitalista, conforme regras de competitividade, de sobrevivência e de acordo com uma determinada orientação de como “fazer” agricultura.

A relação entre a cooperativa e o seu grupo de associados segue um jogo de forças, na tentativa de um equilíbrio: entre a ideologia de sua formação e a prática de sua sustentação econômica. O instrumento que determinaria os pesos relativos aos princípios do cooperativismo e à viabilidade econômica seria, então, a cooperativa, no sentido literal de uma balança.

É um agravante da crise epistemológica do cooperativismo o projeto que tramita no Senado Federal para uma nova Lei Cooperativista que, se entrar em vigor, além de associados, as cooperativas terão acionistas.

⁷ A contratualização de produtores pela C.Vale é mais um exemplo de uma tendência das agroindústrias do País. Segundo Espíndola (1999) a produção integrada desempenhada em Santa Catarina pelo Grupo Sadia (na primeira metade da década de 1950 com suínos e no início da década de 1960 com aves) se difundiu em outras áreas do território nacional. A integração envolve o fornecimento de assistência técnica, de insumos e a garantia da compra dos frangos pela empresa; evidentemente, o produtor é obrigado a cumprir as orientações técnicas, receber rações, pintainhos, medicamentos etc, da empresa integradora (ESPÍNDOLA, 1999).

É fato que conflitos e contradições entre os estatutos cooperativistas mais conservadores e as modernas perspectivas empresariais são irremediáveis. Assim, ao cooperativismo são elaboradas novas práticas adaptadas às dinâmicas da sociedade capitalista.

Contudo, a existência da cooperativa permite visualizar a contradição que, num olhar otimista, é a brecha para transformações.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M.C. de. **Geografia Econômica**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAÚJO, S.M.P. de. **Eles: a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba: Projeto, 1982.

AZEVEDO, P.F.de. Concorrência no Agribusiness. *In*: ZYLBERSZTAJN,D. e NEVES, F.M. (orgs.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000, pp.60-79.

BELUSSO, D. **A Cooperativa C.Vale e as perspectivas dos produtores integrados à agroindústria em Palotina – PR** (dissertação de mestrado). Maringá: PGE / UEM, 2007.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. *In*: ZYLBERSZTAJN,D. e FAVA,M. (orgs.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000, pp.235-251.

BRITTO, J. Diversificação, competências e coerência produtiva. *In*: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002, pp. 307-344.

CARLOS, A. F. A. **Espaço – Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

COOPERVALE. **Um ato de fé no trabalho**. Cascavel: Gráfica Tuicial, 1997.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ESPÍNDOLA, C.J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

FLEURY, M.T.L. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2007

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo)**. *Ciência Geográfica*, Bauru: AGB, n.06, abril 1997, pp. 01-11.

PINHO, D.B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

RIOS, G.S.L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: brasiliense, 1987.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SERRA, E. **Contribuição no estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá** (Dissertação de Mestrado) Rio Claro, SP: Unesp, 1986.

SILVA, A.C.P. da. **Cooperativismo e Autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro**. *GeoUERJ*, n.12, 2002, pp. 33-45.

SILVEIRA, R.L.L.da. Complexo Agroindustrial, rede e território. *In*: DIAS, L.C. & SILVEIRA, R.L.L.da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2005, pp.215-255.

SORJ, B; POMPERMAYER, M.J; CORRADINI, O.L. **Camponeses e Agroindústrias: Transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

URBAN, M.L. **Os novos rumos da agroindústria. Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.12, n.2, fev.1990, pp.01-03.

Recebido para publicação em 04 de julho de 2007.

Aceito para publicação em 24 de agosto de 2007.